

ÍNDICE GERAL DO DÉCIMO VOLUME

Advertência	5
Índice geral do décimo volume	7

I DOCTRINA GERAL

CAPÍTULO I – GARANTIAS: NOÇÕES BÁSICAS E EVOLUÇÃO

SECÇÃO I – NOÇÕES BÁSICAS E FUNCIONALIDADE

§ 1.º O risco e o Direito

1. Incerteza e insegurança	29
2. O risco	30
3. Obrigações e risco	33

§ 2.º A abordagem funcional

4. A noção funcional de garantia	35
5. Etimologia e terminologia	36
6. A política do risco (<i>risk-management</i>)	44
7. Classificações e tipologias	46

SECÇÃO II – DADOS HISTÓRICOS

§ 3.º Direito romano

8. Sentido e limites da História das garantias	49
9. A responsabilidade pessoal (Tábua III)	51
10. A <i>bonorum venditio</i>	53
11. Garantias romanas (breve referência)	55

§ 4.º Aportações históricas subsequentes

12. Cenário global	58
13. O processo de falência	58
14. A ideia de património	62
15. O vínculo obrigacional complexo	66

SECÇÃO III – DIREITO COMPARADO

§ 5.º As codificações

16. O Código Napoleão (1804)	68
17. O BGB (1896-1900)	71
18. O Código italiano (1942)	72

SECÇÃO IV – PERSPETIVAS E ESTUDO

§ 6.º O Direito anglo-saxónico

19. O Direito inglês	74
20. O Direito norte-americano	76
21. Relevo na globalização	79

§ 7.º Perspetivas atuais

22. A Revolução Industrial e o risco	81
23. Reflexos nas garantias	82
24. O comércio internacional	86
25. A integração europeia	87

§ 8.º O estudo das garantias

26. Estado das questões e desafios dogmáticos	89
27. Método e programa	91
28. Bibliografia lusófona	91
29. Bibliografia estrangeira	93
30. Revistas, comentários e Internet	95

**CAPÍTULO II – DIREITO UNIFORME
E DIREITO EUROPEU DAS GARANTIAS**

§ 9.º Direito uniforme

31. Aspetos gerais	99
32. Regras da CCI	100

33. Convenções UNCITRAL.....	101
34. Iniciativas UNIDROIT.....	103
35. Convenções marítimas.....	105

§ 10.º O Direito europeu

36. Generalidades; tentativas.....	107
37. Crédito ao consumo (Diretriz 2008/48).....	109
38. Crédito para imóveis de habitação (Diretriz 2014/17).....	110
39. Garantias financeiras (Diretriz 2002/47).....	112
40. Processos de insolvência (Regulamento 2015/848).....	112
41. A cessão de créditos em garantia (Roma I).....	113

§ 11.º Projetos privados europeus

42. A euro-hipoteca.....	115
43. A Lei Modelo do BERD.....	118
44. Os princípios do Direito civil europeu (DCFR).....	119
45. Balanço.....	120

CAPÍTULO III – AS GARANTIAS NO SISTEMA LUSÓFONO

§ 12.º Das ordenações à pré-codificação

46. O sistema lusófono (breves traços).....	123
47. As Ordenações.....	125
48. Século XVIII: prisão por dívidas e hipotecas.....	127
49. Século XIX: as leis hipotecárias.....	130
50. A pré-codificação.....	131

§ 13.º O Código de Seabra (1867) e as leis especiais

51. Panorama geral.....	134
52. As leis de processo e das falências.....	136
53. Outros diplomas.....	138

§ 14.º O Código Civil de 1966

54. Estudos e anteprojetos de Vaz Serra (1956-1960).....	139
55. As revisões ministeriais (1962-1966).....	140
56. Alterações.....	142
57. A geografia do Código.....	143
58. Legislação especial.....	145

§ 15.º Os códigos brasileiros

59. O Código Civil de 1916	147
60. O Código Civil de 2002	148

§ 16.º Garantias e disciplinas jurídicas

61. Direito civil, comercial e das sociedades	149
62. Direito bancário, dos seguros e mobiliário	150
63. Processo civil e insolvência	151
64. Direito financeiro público	151

**II
PRINCÍPIOS GERAIS**

CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS COMUNS ÀS OBRIGAÇÕES

§ 17.º A adaptação dos princípios obrigacionais

65. Ideia e papel dos princípios	155
66. Os princípios obrigacionais; a relatividade	156
67. A tutela do garante	157
68. A irrenunciabilidade antecipada aos direitos	158
69. A causalidade	159

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DAS GARANTIAS

§ 18.º Dificuldades, método, sentido e limites

70. Dificuldades	163
71. Método	165
72. Sentido	165
73. Limites	166
74. Enumeração	167

§ 19.º O princípio da funcionalidade e da dependência

75. A funcionalidade	169
76. A dependência	170

§ 20.º O princípio da acessoriedade

77. Ideia básica e evolução	172
78. O âmbito	175
79. Fundamento axiológico	177

80. Tipos de acessoriedade.....	179
81. Garantias autónomas puras?.....	182

§ 21.º O princípio da subsidiariedade

82. Ideia básica e evolução	184
83. Presença nas diversas garantias.....	186
84. Construção de modalidades de subsidiariedade.....	188
85. Conteúdo axiológico	189

§ 22.º O princípio da proteção do garante

86. Generalidades.....	191
87. O Senatus Consultum Velleianum (I d. C.).....	191
88. A tutela das sociedades	195
89. A proteção dos menores	199
90. A formulação do princípio	199

§ 23.º O princípio da ética dos negócios (bons costumes)

91. Garantes sem património e sem rendimentos	201
92. A viragem constitucional	205
93. Os critérios de inadmissibilidade.....	207
94. Bons costumes e ética dos negócios	209

§ 24.º O princípio da informação e da contenção

95. O modelo liberal radical.....	211
96. Justificações; os esclarecimentos do devedor	213
97. Deveres do credor; o princípio.....	214

§ 25.º O princípio da tutela do consumidor

98. A tutela do consumidor financeiro	216
99. As cláusulas contratuais gerais; garantias abusivas	218
100. Crédito ao consumo	220
101. A posição do garante.....	221

III

A GARANTIA GERAL

CAPÍTULO I – ÂMBITO E FUNCIONAMENTO DA GARANTIA GERAL

§ 26.º Noção, origem e natureza da garantia geral

102. Noção e origem	227
103. Os preparatórios	229

104. A justificação axiológica	231
105. A natureza	233

§ 27.º A universalidade e os seus limites

106. Generalidades; a universalidade.....	236
107. Os bens impenhoráveis	237
108. Os bens penhoráveis.....	241
109. A separação de patrimónios; remissão	241

§ 28.º A par condicio creditorum; desvios

110. Consagração e origem.....	243
111. Fundamentação	245
112. Consequências.....	246
113. As “causas legítimas de preferência”.....	247

§ 29.º A proporcionalidade

114. Formulação e fundamento axiológico.....	249
115. Base legal e consequências	249

§ 30.º A pluralidade de patrimónios

116. O fenómeno; origem e evolução	251
117. Situações de pluralidade antes de 1966.....	252
118. A pluralidade no Código Civil	254
119. Outras situações de pluralidade.....	257
120. Relações entre patrimónios plurais	260

CAPÍTULO II – ACORDOS RELATIVOS À GARANTIA GERAL

§ 31.º Limitações voluntárias de responsabilidade

121. Generalidades.....	263
122. Convenções de limitação	264
123. As cláusulas <i>non recourse</i>	265

§ 32.º Limitação nas liberalidades

124. A previsão legal (603.º/1).....	268
125. Cláusulas modais e reserva de disposição.....	270
126. O <i>trust</i> lusófono	270

§ 33.º Acordos de defesa da garantia geral

127. Generalidades.....	272
128. A cláusula negativa (<i>negative pledge</i>).....	272
129. A cláusula <i>pari passu</i>	275
130. A cláusula <i>cross-default</i>	276

CAPÍTULO III – MEIOS DE CONSERVAÇÃO DA GARANTIA GERAL

SECÇÃO I – GENERALIDADES; A AÇÃO DE NULIDADE

§ 34.º Os meios de conservação

131. Generalidades.....	279
132. O mapa do Código Civil.....	280

§ 35.º A declaração de nulidade (605.º)

133. A origem.....	282
134. O regime.....	283
135. Pretensas vantagens e dúvidas.....	285

SECÇÃO II – A SUB-ROGAÇÃO DO CREDOR AO DEVEDOR

§ 36.º Origem e evolução da sub-rogação

136. Noção; o <i>mandatum actionis</i>	287
137. Glosa, comentário e costume francês.....	289
138. O Código Napoleão; nota comparatística.....	290
139. Ação direta e ação oblíqua.....	292

§ 37.º O sistema lusófono

140. O Código de Seabra e leis conexas.....	294
141. Os preparatórios de Vaz Serra.....	296
142. As revisões ministeriais e o Código.....	300

§ 38.º Os pressupostos da sub-rogação

143. Generalidades; uma obrigação fundante.....	302
144. Um direito do devedor; sub-rogação de segundo grau.....	303
145. Não-exercício.....	305
146. De exercício não-reservado; a aceitação da herança.....	306
147. A essencialidade da ação.....	307

§ 39.º O regime da sub-rogatória

148. Aspetos processuais; exercício extraprocessual.....	309
149. Efeitos	309

SECÇÃO III – A IMPUGNAÇÃO PAULIANA

§ 40.º Origem e evolução da pauliana

150. Aspetos gerais	311
151. A origem romana.....	312
152. A denominação “pauliana”.....	314
153. O regime romano	317
154. A evolução subsequente.....	318

§ 41.º Codificação e dilemas da pauliana

155. Codificações napoleónicas.....	321
156. As leis alemãs.....	323
157. O Código italiano (1942)	326
158. Síntese	328

§ 42.º A pauliana no sistema lusófono

159. Ordenações do Reino	329
160. A receção da pauliana	330
161. O Código Ferreira Borges (1833) e as Reformas Judiciárias.....	332
162. O Código de Seabra	333
163. Os preparatórios de Vaz Serra.....	335
164. As revisões ministeriais	337
165. Os Códigos brasileiros	338

§ 43.º A pauliana falimentar lusófona

166. Evolução histórica.....	340
167. O CIRE (2004); aspetos gerais.....	343
168. A “resolução em benefício da massa”.....	345
169. A natureza	349

§ 44.º Os pressupostos objetivos da pauliana

170. Generalidades; um direito de crédito	352
171. A anterioridade do crédito (ou o dolo).....	355
172. Um ato prejudicial (<i>eventus damni</i>).....	356